

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS -- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG2A1

A alusão ao princípio republicano tornou-se extremamente frequente no Brasil, não só em textos acadêmicos e decisões judiciais, como também nos debates travados na sociedade por pessoas alheias ao mundo do direito. O tema tem vindo à baila, por exemplo, em discussões sobre a corrupção e seu combate; sobre privilégios concedidos a autoridades públicas e poderosos de todo tipo; sobre a persistência no país de cultura patrimonialista e desigualitária, que não separa o público do privado e não trata a todos com o mesmo respeito e consideração. Existe na sociedade a difusa percepção, infelizmente correta, de que, embora nossa forma de governo seja a república e não a monarquia, falta República — com “r” maiúsculo — às nossas relações políticas e sociais.

A Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio republicano em seu art. 1.º e acolheu diversos elementos e institutos que guardam estreita relação com o ideário republicano: o direito à igualdade; a legitimidade de todo cidadão para propor ação popular visando à garantia da coisa pública; os princípios da moralidade, publicidade e impessoalidade administrativa; as exigências constitucionais de concurso público e licitação; entre tantos outros.

O próprio nome atribuído ao país — República Federativa do Brasil — sinaliza a centralidade do princípio republicano entre nós. Essa centralidade foi reforçada pelo povo brasileiro no plebiscito ocorrido em 1993, quando, por expressiva maioria, optamos pela manutenção da forma republicana de governo, em detrimento da monarquia. Porém, entre a proclamação do princípio e a realidade há um abismo que ainda não fomos capazes de transpor nestes trinta anos de vigência da Carta de 1988.

O republicanismo projeta um ideal ambicioso para a política. Deseja-se que a política — compreendida em sentido amplo — tenha importância para as pessoas, que não devem limitar suas atividades e atenção a seus interesses e negócios privados. Ademais, espera-se que a política não se resuma à disputa entre forças movidas por interesses egoísticos, mas se volte à busca coletiva do bem comum.

Nessa chave, a esfera pública é idealmente concebida não como algo similar ao mercado — em que os agentes visam apenas a defender os próprios interesses —, mas como um fórum, em que existe disputa, mas também troca de razões e argumentos, objetivando-se a identificação e a persecução do interesse público. Não se afirma que essa seja a realidade da política nas sociedades contemporâneas. Trata-se, isso sim, do ideal normativo a ser perseguido para a construção do Estado republicano.

Considerando as ideias veiculadas no texto CG2A1 e seus aspectos discursivos, julgue os itens a seguir.

- 1 Depreende-se da leitura do texto que o autor considera a persecução do republicanismo um ideal modesto.
- 2 No terceiro parágrafo do texto, o autor utiliza a primeira pessoa do plural para referir-se especificamente a si próprio e aos demais indivíduos vinculados à área do direito.
- 3 De acordo com o texto, ainda há barreiras a serem superadas para se atingir o ideal republicano incluído na denominação dada ao Brasil em razão de sua forma de governo.
- 4 Infere-se do texto que o rompimento com o patrimonialismo é um atributo que se espera da “República — com ‘r’ maiúsculo”.
- 5 Considerado o republicanismo previsto na Constituição Federal de 1988, conforme apresentado no texto, infere-se que a política deve espelhar o paradigma do mercado.





A respeito dos sentidos e das relações de coesão e coerência estabelecidas no texto CG2A1, julgue os itens que se seguem.

- 6 Conclui-se das relações de sentido estabelecidas no quarto parágrafo que o vocábulo “política” (último período) retoma, por coesão referencial, “republicanismo” (primeiro período).
- 7 O trecho “que ainda” (último período do terceiro parágrafo) poderia ser substituído por **do qual ainda**, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido do texto.
- 8 O termo “Ademais” (último período do quarto parágrafo) introduz uma oração que expressa consequência em relação à afirmação feita no período imediatamente anterior.
- 9 O referente das formas pronominais “suas” e “seus”, no segundo período do quarto parágrafo, é “pessoas”.
- 10 Por meio do emprego da expressão “isso sim” (último período do texto), o autor retoma e, ao mesmo tempo, confirma a ideia apresentada anteriormente.
- 11 A expressão “Nessa chave” (primeiro período do último parágrafo) poderia ser substituída por **Sob esse ângulo**, sem prejuízo da coerência textual.

Julgue os itens subsequentes, referentes a aspectos linguísticos e discursivos do texto CG2A1.

- 12 No primeiro período do texto, a expressão “como também” tem sentido aditivo, pois introduz uma informação adicional acerca dos âmbitos sociais em que se verifica a alusão ao republicanismo.
- 13 O texto classifica-se como predominantemente argumentativo, o que se evidencia pela organização do discurso e pelo posicionamento do autor em relação ao assunto abordado.
- 14 No segundo parágrafo, todo o trecho subsequente aos dois-pontos constitui uma enumeração na qual se discriminam os “diversos elementos e institutos que guardam estreita relação com o ideário republicano”.

No que se refere a noções de sistema operacional Windows, navegador Microsoft Edge e computação em nuvem, julgue os itens que se seguem.

- 15 No ambiente Windows, o atalho  +  digitado no teclado desfaz uma ação executada, enquanto o atalho  +  abre o explorador de arquivos.
- 16 Bloqueador de rastreadores embutido, navegação InPrivate e Microsoft Defender SmartScreen são características de segurança e privacidade no Microsoft Edge.
- 17 O Windows atribui as extensões do tipo `jpg` para arquivos de imagem e do tipo `exe` para um arquivo executável.
- 18 Na computação em nuvem do tipo *software* como serviço, o provedor oferece infraestrutura e ferramentas, permitindo ao cliente desenvolver e gerenciar suas próprias aplicações.

No que se refere a armazenamento de dados na nuvem, pragas virtuais e *firewall*, julgue os itens subsequentes.

- 19 Um *firewall* é um sistema de controle de tráfego digital que garante mais segurança a redes e dispositivos, funcionando como primeira linha de defesa contra acessos indesejados.
- 20 *Spyware* é um programa que se replica ao infectar arquivos ou documentos que contenham código executável.
- 21 O serviço de armazenamento em nuvem permite salvar arquivos, bancos de dados e outras informações em servidores remotos tal que a acessibilidade e a escalabilidade são vantagens frente aos dispositivos de armazenamento local.

Uma equipe de 12 auditores de um tribunal de contas foi escalada para auditoria em um programa de merenda escolar. Todos os auditores escalados têm idades diferentes entre si. Na auditoria, eles verificaram o recebimento de 1,2 tonelada de arroz para distribuição entre as escolas. O produto estava fracionado em pacotes de 750 gramas, cada qual com 720 cm^3 de volume.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 22 O volume total de todos os pacotes de arroz recebidos foi de 1.152 litros.
- 23 Considere que a linha de produção dos pacotes de arroz disponha de 10 máquinas idênticas para empacotamento, que, operando juntas em ritmo constante, levariam 45 horas e 30 minutos para concluir o empacotamento de todos os pacotes de arroz distribuídos às escolas, mas que, na ocasião da produção deles, apenas 7 máquinas estivessem funcionando. Nesse caso, o tempo gasto para a conclusão do empacotamento de todos os pacotes de arroz considerados na auditoria foi de 63 horas.
- 24 Suponha que, dos 12 auditores da equipe, 5 serão escolhidos ao acaso para realizar visitas externas nas escolas. Nesse caso, haverá 792 maneiras distintas de escolher os 5 auditores.
- 25 Considere que 8 auditores participarão de uma reunião em que ficarão sentados ao redor de uma mesa redonda, de maneira que, destes, 2 auditores não poderão sentar-se lado a lado. Nesse caso, haverá 1.440 formas de os 8 auditores sentarem-se ao redor da mesa.

Acerca de proporcionalidade, porcentagens e sequências, julgue os itens seguintes.

- 26 Considere que, a cada ano, o número de relatórios produzidos por cada auditor varie por mês conforme uma progressão aritmética e que, no mês de janeiro, sejam produzidos 12 relatórios e haja um aumento de 2 relatórios produzidos por mês, em relação ao mês anterior. Nessa situação, cada auditor produz, em um ano, um total de 288 relatórios.
- 27 Considere que 3 auditores, trabalhando 8 horas por dia, todos com o mesmo ritmo de trabalho, sejam capazes de fiscalizar 180 notas fiscais em 5 dias. Nessas mesmas condições, uma equipe de 5 auditores terá fiscalizado, em 4 dias, 200 notas fiscais.
- 28 Suponha que, na fiscalização de uma amostra de 2.400 notas fiscais, tenham sido observadas, em relação aos dados contidos no sistema do estado, inconsistências em 15% delas e que, após reanálise de todas as notas fiscais, tenha sido obtida uma redução relativa de 40% nas inconsistências observadas. Nessa situação, ao final, o percentual de notas observadas com inconsistências no sistema foi igual a 9%.

P: “Quando você pergunta se estou estressado, se eu não estava antes da pergunta, o fico após ela.”

Considerando a proposição *P* e aspectos atinentes à lógica sentencial, julgue os itens seguintes.

- 29 A negação da proposição “Se eu não estava estressado antes da pergunta, o fico após ela.” pode ser expressa por “Eu não estava estressado antes da pergunta e não o fico após ela.”.
- 30 Considere que sejam verdadeiras as proposições “Você perguntou se estou estressado.” e “Eu estava estressado antes da pergunta.”. Nesse caso, *P* será verdadeira independentemente do valor lógico de “Fico estressado após a pergunta.”.
- 31 *P* é logicamente equivalente a “Se você pergunta se estou estressado e eu não estava antes da pergunta, o fico após ela.”.
- 32 A tabela-verdade associada à proposição *P* tem mais de dez linhas.
- 33 A negação da proposição “Se eu não estava estressado antes da pergunta, o fico após ela.” pode ser expressa por “Se eu estava estressado antes da pergunta, não o fico após ela.”.

Espaço livre

Ao planejar uma auditoria, certo auditor selecionou 80 quesitos para análise e verificou, a seu juízo, que:

- 25 quesitos podem ser classificados no tema governança;
- o número de quesitos que podem ser classificados no tema administrativo é igual ao número dos que podem ser classificados no tema operacional;
- 17 quesitos podem ser classificados simultaneamente nos temas governança e administrativo;
- 23 quesitos podem ser classificados simultaneamente nos temas administrativo e operacional;
- 7 quesitos podem ser classificados simultaneamente nos temas governança e operacional;
- todos os quesitos se classificam em pelo menos um desses três temas;
- nenhum quesito se classifica nos três temas simultaneamente.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 34** Considere que, em um grupo com quatro auditores, cada um selecionará para verificação um quesito entre aqueles classificados simultaneamente nos temas governança e administrativo. Nesse caso, a seleção poderá ser feita de mais de 2.500 maneiras distintas.
- 35** Selecionando-se ao acaso um dos quesitos listados pelo auditor, a probabilidade de o quesito selecionado poder ser classificado em mais de um tema é inferior a 50%.
- 36** O número de quesitos que podem ser classificados no tema administrativo é superior ao dobro do número dos que podem ser classificados no tema governança.
- 37** De acordo com a opinião do auditor, apenas um quesito pode ser classificado somente no tema governança.
- 38** Na opinião do auditor, o número de quesitos que podem ser classificados apenas no tema administrativo é igual ao número dos que podem ser classificados apenas no tema operacional.

Com base na Lei Orgânica do TCE/RS (LO) e no seu Regimento Interno (RI), julgue os itens subsequentes.

- 39** Conforme o RI, a interposição de recursos pode ser efetuada pelo responsável, por terceiros com interesse jurídico comprovado, pelo representante do estado ou pelo Ministério Público de Contas.
- 40** Segundo a LO, os conselheiros são nomeados pelo presidente do tribunal.
- 41** Conforme a LO, no julgamento de tomada de contas especial, o tribunal poderá determinar a repercussão da matéria nas contas do administrador.
- 42** De acordo com o RI, as auditorias e inspeções têm por objetivo verificar a legalidade, a legitimidade e a moralidade de condutas e de atos administrativos, salvo aqueles relacionados à concessão de subvenções e a renúncias de receitas.

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito do Ministério Público de Contas (MPC), julgue os itens a seguir.

- 43** O MPC não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do tribunal de contas perante o qual atua.
- 44** O MPC é órgão dotado de autonomia administrativa e orçamentária.

Em relação ao controle externo no Brasil e à distinção entre contas de governo e contas de gestão, julgue os itens que se seguem.

- 45** No sistema brasileiro, o controle externo da administração pública é realizado *a posteriori*, não sendo possível realizá-lo de maneira prévia ou concomitante.
- 46** Considera-se posterior e de legalidade o controle exercido pelo TCE/RS sobre o registro da aposentadoria de servidor público estadual.
- 47** As contas de gestão dizem respeito ao exame minucioso de cada ação administrativa executada nas esferas contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com base nos critérios de legalidade e legitimidade, excluindo-se a análise quanto à economicidade.
- 48** Consoante a Constituição Federal de 1988, apenas os chefes dos três poderes constitucionais prestam contas de governo.
- 49** As contas de governo compreendem a análise global dos resultados alcançados pela administração pública, considerando-se os efeitos amplos das políticas adotadas e o desempenho institucional de forma abrangente, sem a verificação específica de atos administrativos.

Acerca da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue o seguinte item.

- 50** É considerada ilegal a negativa de concessão de progressão funcional a servidor público que tenha cumprido todos os requisitos legais, mesmo quando ultrapassados os limites de despesa com pessoal estabelecidos pela LRF, porquanto a progressão funcional constitui direito subjetivo do servidor, amparado por norma legal específica, e se enquadra em exceção prevista na LRF.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

A respeito da nacionalidade e dos direitos políticos, julgue os itens a seguir, com base na Constituição Federal de 1988 (CF).

- 51** É vedada a cassação de direitos políticos, mesmo em caso de condenação por improbidade administrativa.
- 52** A CF não inclui a filiação partidária como condição de elegibilidade, de modo que ao legislador é facultada a adoção do sistema de candidaturas avulsas.
- 53** Perderá a nacionalidade o brasileiro que adquirir outra, salvo no caso de a legislação do Estado estrangeiro exigir a naturalização do brasileiro nele residente como condição para a permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

No que concerne à organização político-administrativa do Estado e à administração pública, julgue os seguintes itens, de acordo com a CF.

- 54** Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual.
- 55** O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público torna-se estável após três anos de efetivo exercício, período após o qual poderá ser exonerado, entre outros motivos, em decorrência de sentença judicial transitada em julgado.
- 56** Compete aos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, excetuado o serviço de transporte coletivo, cuja prestação é de competência dos estados.

Julgue os itens seguintes, no que diz respeito à administração pública indireta, com ênfase nas autarquias e suas características institucionais.

- 57** A criação de uma autarquia depende de autorização legislativa, sendo formalizada por meio de decreto do chefe do Poder Executivo.
- 58** Por terem personalidade jurídica própria, as autarquias não estão sujeitas à observância do princípio da licitação, podendo contratar diretamente com terceiros, desde que respeitado o interesse público.

Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens subsequentes, relativos aos agentes públicos.

- 59** Admite-se a contratação temporária de pessoal para o atendimento à necessidade temporária de excepcional interesse público, desde que prevista em lei.
- 60** A exoneração de servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão, embora seja possível sem necessidade de motivação, pode ser anulada se a administração pública indicar razão formal para o ato e se a motivação se revelar inverídica ou juridicamente inadequada.
- 61** Por serem regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os empregados públicos vinculam-se ao Estado por meio de contrato de trabalho, por isso não estão sujeitos à exigência de aprovação prévia em concurso público para o ingresso no emprego público.

Com base na Lei Complementar Estadual n.º 10.098/1994, que dispõe sobre o estatuto e o regime jurídico único dos servidores públicos civis do estado do Rio Grande do Sul, julgue o seguinte item.

- 62** A redistribuição, que consiste no deslocamento de servidor com o respectivo cargo, de um quadro de pessoal para outro do mesmo Poder, exige a identidade de planos de cargos e vencimentos e destina-se exclusivamente ao ajustamento de quadros de pessoal às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.

A respeito da administração pública direta, indireta e fundacional, dos atos administrativos e da requisição, julgue os itens seguintes.

- 63** A requisição administrativa é uma forma de intervenção do Estado na propriedade privada que tem caráter temporário e é indenizável apenas em caso de dano, não se confundindo com a desapropriação, que exige indenização prévia.
- 64** A administração direta é formada por órgãos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e exerce suas funções por meio da desconcentração; já a administração indireta é composta por entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que somente podem ser instituídas por lei específica.

Determinado município realizou processo licitatório para aquisição de computadores destinados às escolas públicas. A modalidade escolhida foi o pregão eletrônico, e a empresa vencedora firmou com a administração municipal contrato administrativo com vigência de 12 meses. Durante a execução contratual, ocorreram as seguintes situações:

- a contratada solicitou reajuste no valor do contrato após 6 meses da assinatura, alegando variação de preços no mercado;
- o município designou um fiscal para o contrato e um gestor responsável pela regularidade do processo contratual;
- a administração realizou alteração unilateral no objeto do contrato, substituindo parte dos computadores por impressoras;

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, com base na Lei n.º 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

- 65** Se fosse concedido pela administração municipal o reajuste do valor do contrato, conforme solicitado pela contratada, tal concessão seria válida, visto que a lei estabelece que o reajuste somente pode ser aplicado após o sexto mês a partir da assinatura do contrato.
- 66** A substituição unilateral de parte dos computadores por impressoras caracteriza alteração qualitativa do objeto, admitida expressamente pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos, desde que não haja prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 67** Caso o fiscal do contrato, designado formalmente pela administração municipal, deixe de registrar as irregularidades comprometedoras da execução do contrato, ele e o gestor contratual responderão solidariamente pelo descumprimento desse dever.

Com base na Lei n.º 14.133/2021, bem como na doutrina especializada, julgue os itens seguintes, relativos às modalidades de licitação e às hipóteses de dispensa e inexigibilidade.

- 68** A Lei n.º 14.133/2021 ampliou a discricionariedade da administração ao prever hipóteses de dispensa implícita, isto é, situações em que a ausência de competição justifica a contratação direta, havendo a possibilidade de se criarem novas hipóteses de dispensa de licitação, desde que motivadas.
- 69** O diálogo competitivo, modalidade introduzida pela Lei n.º 14.133/2021, destina-se, entre outras hipóteses, a contratações em que a administração pública não consegue definir, com precisão suficiente, as especificações técnicas relativas ao objeto que pretende contratar.

Em relação a tendências em gestão de pessoas no setor público, julgue o item subsequente.

- 70** Uma das principais tendências da gestão de pessoas no setor público é a substituição da tradicional avaliação por competências pela avaliação de desempenho, em que se utilizam indicadores subjetivos, com vistas a avaliar mais contundentemente as características individuais dos funcionários.

Julgue os itens seguintes, relativos aos fundamentos da administração de recursos materiais e patrimoniais nas organizações públicas.

- 71** Um dos motivos para a inutilização de bem móvel é a sua contaminação por agentes patológicos, sem a possibilidade de recuperação por assepsia.
- 72** O controle patrimonial resume-se aos bens imóveis e aos materiais permanentes.
- 73** Os materiais de consumo perdem sua forma original ou funcionalidade com o uso corrente, o que se caracteriza como perda de identidade.
- 74** O patrimônio imobiliário público consiste no conjunto de bens imóveis pertencentes ao Estado, utilizados para fins públicos, mas que não geram receitas.

Em relação às atividades básicas da administração de materiais e a seu controle nas organizações públicas, julgue os itens que se seguem.

- 75** O inventário físico do tipo de transferência de responsabilidade é realizado quando da mudança do dirigente de uma unidade gestora da organização.
- 76** A carga patrimonial consiste na descrição analítica do material permanente, ao qual se atribui um código numérico sequencial que deve conter as informações necessárias à sua identificação e localização.
- 77** A depreciação de materiais permanentes está associada à redução do seu valor por desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.
- 78** Denomina-se ocioso o material permanente cujo rendimento seja precário ou cuja manutenção seja onerosa, não se justificando sua utilização.

Julgue os itens subsequentes, a respeito dos almoxarifados nas organizações públicas.

- 79** A regularização do recebimento de materiais pode ocorrer pela devolução parcial ou total do material ao fornecedor.
- 80** Embora não tenha o objetivo de evitar a obsolescência de itens armazenados, a gestão do almoxarifado deve maximizar o uso do espaço físico disponível.

Julgue os itens a seguir, relativos a planejamento, missão, valores, estrutura organizacional e departamentalização.

- 81** Comportamentos como integridade, honestidade, independência, profissionalismo e compromisso com o interesse público são reflexos de valores éticos de uma organização.
- 82** Para que uma estrutura organizacional obtenha benefícios divisionais e mantenha a especialidade técnica de suas unidades funcionais, é recomendável a adoção de critérios de departamentalização em grade.
- 83** A essência do planejamento adaptativo consiste na capacidade de antecipar as contingências futuras e de criar planos flexíveis que evitem desvios, de forma que as decisões atuais levem aos resultados desejados.
- 84** Instituições com estruturas organizacionais altas e verticalizadas caracterizam-se pela existência de supervisões com alto grau de controle e pouco contato com subordinados, o que provoca efeitos negativos na produtividade e no controle da qualidade do trabalho.
- 85** Para que a missão organizacional seja efetiva e siga uma direção estratégica duradoura, é necessário que ela permaneça rígida.

Julgue os próximos itens, a respeito de motivação, liderança, desempenho, competência interpessoal e gerenciamento de conflitos.

- 86** A interrupção de um ciclo de conflitos ocorre prevalentemente por meio do padrão de resolução ganhar/ganhar, pois a satisfação de ambas as partes garante a eliminação de novos episódios de disputa.
- 87** A liderança nas organizações deve visar à catalisação de desempenho mediante o estabelecimento de metas e objetivos claros, o incentivo ao espírito de equipe e a viabilização do alcance de resultados eficazes.
- 88** De acordo com os princípios das teorias das necessidades, a motivação de cada indivíduo no ambiente organizacional decorre de fatores ambientais, ou seja, externos aos indivíduos.
- 89** A liderança eficaz é definida pelo uso prioritário e consistente do estilo democrático, pois a consulta aos subordinados e o consenso garantem a tomada de decisões assertivas e o comprometimento da equipe.
- 90** A competência interpessoal desenvolve-se a partir de habilidades individuais associadas às dinâmicas coletivas de grupo, e seu aprimoramento repercute no desempenho técnico do indivíduo no trabalho.

Julgue os seguintes itens, a respeito da contratação de bens e serviços, de acordo com o disposto na Lei n.º 14.133/2021.

- 91** A publicidade dos atos praticados no processo licitatório será diferida quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura, ressalvadas as hipóteses legais.
- 92** Ainda que não se aplique à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, a referida lei pode ser aplicada à contratação de prestação de serviços, inclusive de serviços técnico-profissionais especializados.
- 93** O reajustamento em sentido estrito é uma forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato utilizada para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, mediante a análise da variação dos custos contratuais.
- 94** No processo licitatório, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo em caso de imposição legal.

No que diz respeito ao acompanhamento da execução dos contratos administrativos, julgue os itens seguintes.

- 95** O preposto da contratada deve ser formalmente designado por esta em até cinco dias úteis após o início da prestação dos serviços, exigindo-se que, no instrumento de designação, constem os poderes e os deveres do preposto em relação à consecução do objeto contratado.
- 96** O mecanismo de controle da utilização dos materiais empregados nos contratos deve ser estabelecido desde o início da prestação dos serviços, não apenas para efeito de acompanhamento da execução do objeto, mas também para subsidiar estimativas para futuras contratações.
- 97** Quando da ocorrência de eventos relevantes, o mapa de riscos deve ser atualizado e anexado ao processo de contratação pela equipe de fiscalização do contrato.
- 98** Entre os critérios para a escolha de indicadores de nível de serviço da contratada inclui-se a consideração das atividades mais relevantes ou críticas que tenham impacto na qualidade da prestação dos serviços e nos resultados esperados.

Acerca da aplicação de penalidades e sanções administrativas relativas aos contratos administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 99** Na aplicação das sanções administrativas, devem-se considerar a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 100** A licitante ou a contratada pode ser responsabilizada administrativamente por dar causa à inexecução parcial do contrato, mas não por deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

Espaço livre